

## OS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS MARANHENSES E A LUTA PELA TERRA

Adelmir Fiabani<sup>1</sup>

Resumo:

A história do movimento das comunidades negras rurais do Brasil iniciou-se no Norte do Brasil, nas décadas de 1970-80. No Maranhão, Mundinha Araújo e o Centro de Cultura Negra realizaram importante trabalho sobre a história das comunidades negras daquele estado. Verificou-se que muitas delas estavam envolvidas em conflitos agrários. A partir deste trabalho, ocorreram calorosos debates sobre a situação social do negro contemporâneo e teve início intensa mobilização das comunidades negras e movimento negro pelo cumprimento da Constituição, sobretudo, no que diz respeito ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Atualmente, o movimento das comunidades negras do Maranhão luta para que as comunidades recebam o título das terras por elas reivindicadas, como meio de preservação da história e cultura deste segmento social camponês.

Palavras-chave: Maranhão, comunidades negras rurais, história, cultura.

## OS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS MARANHENSES E A LUTA PELA TERRA

No Maranhão, o trabalho escravizado esteve presente, sobretudo, nas fazendas de algodão e de arroz e, posteriormente nas plantações de cana-de-açúcar. Como resultado, às vésperas da Independência, o Maranhão possuía 55% dos cativos do Império.<sup>2</sup> Em decorrência do elevado número de trabalhadores escravizados, hoje o Maranhão é o estado com maior número de comunidades negras rurais do Brasil.

Igualmente ao que ocorrera em todas as regiões brasileiras, a condição de existência do cativo maranhense levou-o a fugir comumente e a formar quilombos. Diferente da zona açucareira nordestina, que se concentrava em uma estreita faixa de terras próxima ao litoral, a Zona da Mata, o Maranhão “apresentava, em quase toda parte norte de seu território, abundantes matas com muitos rios e riachos”, facilitando a formação de “quilombos nas cabeceiras dos rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pelas fazendas escravistas”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Adelmir Fiabani é doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professor adjunto de História da África na Universidade Federal do Tocantins, autor do livro *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

<sup>2</sup> Cf. PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. São Luís: SMDC/CCN-MA/PVN, 2005. p. 29.

<sup>3</sup> ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos. [Orgs.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 434.

Em *Liberdade por um fio*, o historiador Matthias Röhrig Assunção escreveu “Quilombos maranhenses”, afirmando que poucas fazendas do interior do Maranhão não tiveram quilombos ao seu redor. Isso se deve ao fato de que a área ocupada pelas fazendas escravistas constituía o limite da fronteira agrícola do Estado. Nessas regiões, predominaram os quilombos de pequeno porte, que ocuparam as matas e tinham contato direto com a sociedade escravista através de trocas ou apropriação. Com o enfraquecimento do poder dos grandes proprietários de terra em razão da extinção da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1777), houve maior interação dos quilombolas com os cativos.<sup>4</sup> Pequenos grupos de quilombolas instavam-se nas proximidades das fazendas apropriando-se de víveres de que necessitavam. Os cativos ‘colaboravam’ com os mocambeiros.

No Maranhão, constituíram-se vários quilombos. Destacamos os quilombos de São Bendito do Céu, Limoeiro e São Sebastião, no vale do Turiaçu; o quilombo de Lagoa Amarela, em Chapadinha, além de muitos quilombos menores, sobretudo nas regiões dos vales do Turiaçu e do Itapecuru, nas matas de Codó, do Mearim e na Baixada Maranhense.<sup>5</sup> Estes quilombos foram citados pela historiografia que se baseou nas fontes, sobretudo, deixadas pelos repressores. Certamente houve outros mocambos que não foram descobertos e permaneceram livres até à Abolição. O significativo número de comunidades negras contemporâneas comprova que, na região, existiram muitos quilombos originados por escravos fugidos.

Antes mesmo da Abolição, em 1888, foram introduzidos trabalhadores livres na Província do Maranhão. Nos anos de 1852-1856, chegaram 887 imigrantes. Em 1877, o Maranhão acolheu um significativo número de cearenses golpeados pela seca. As autoridades distribuíram esses trabalhadores em regiões estratégicas na fronteira, aproveitando-se dos trabalhos de desmatamentos e das roças dos quilombolas.<sup>6</sup> Com a chegada dos camponeses pobres, expulsos pela seca, aos poucos foi se formando um segmento do campesinato maranhense que ocupou terras devolutas ainda não trabalhadas. Segundo Manoel Correia de Andrade, este fenômeno ocorreu também em outros locais, ou seja, “nas áreas de baixa densidade populacional, como Maranhão,

---

<sup>4</sup> Loc.cit.

<sup>5</sup> Cf. PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de Negro no Maranhão*. [...] p. 30.

<sup>6</sup> Ibid. p. 454.

Piauí e oeste da Bahia, muitos posseiros se estabeleceram em terras devolutas”, sobrevivendo do cultivo da mandioca e do arroz, da caça, da pesca e da coleta.<sup>7</sup>

Os quilombolas maranhenses que conseguiram permanecer em liberdade sobreviveram nas matas entre o rio Turi e o rio Gurupi e nas matas do Codó e do Mearim, graças às condições ecológicas e às relações que os mocambeiros estabeleceram com segmentos da sociedade escravista, “que lhes fornecia bens materiais e informações sobre as entradas”.<sup>8</sup> Esses setores da sociedade escravista davam “proteção” aos mocambeiros pois tinham mais interesse na produção quilombola do que na reescravização dos mesmos.<sup>9</sup>

Após a Abolição, a população negra livre passou a viver nas terras abandonadas, doadas e devolutas, ligeiramente afastada das ações expropriadoras dos capitalistas, fazendeiros, especuladores. Conforme Manuel Correia de Andrade, em *Lutas camponesas no Nordeste*, esses trabalhadores “se estabeleceram [principalmente] nas matas, vivendo em uma economia de auto-abastecimento, amonetária”.<sup>10</sup> Na primeira década do século XX, um novo contingente de cearenses e piauienses somou-se ao grupo de camponeses pobres, povoando definitivamente as terras livres do Maranhão.

Analisando a formação do campesinato maranhense, observamos que descendentes das populações originárias, de negros libertos, de ex-quilombolas, de cearenses/piauienses pobres (de diversas etnias) formaram comunidades que ocuparam terras em sua maioria devolutas. Posteriormente, estas terras acabaram sendo griladas, invadidas, tomadas das comunidades negras.

No Maranhão, são encontrados camponeses com forte afro-ascendência ocupando as chamadas “terras de preto”, ou seja, domínios que foram entregues, doados ou adquiridos, com ou sem formalização, por ocasião da decadência das grandes fazendas monocultoras.<sup>11</sup> Esses locais foram ocupados pela população negra que sobreviveu no período pós-Abolição e serviu como base para a formação de comunidades que, em vários casos, ainda residem na terra.

---

<sup>7</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 18.

<sup>8</sup> ASSUNÇÃO. Quilombos maranhenses. In: REIS & GOMES. *Liberdade por um fio*. [...] p. 459.

<sup>9</sup> Sobre o assunto ver: FIABANI. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 330-332.

<sup>10</sup> ANDRADE. *Lutas camponesas no Nordeste*. [...] p. 18.

<sup>11</sup> Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. *Revista do NAEA*, n. 10, Belém, UFPA, 1989.

### O movimento das comunidades negras maranhenses

A trajetória do movimento das comunidades rurais negras do Maranhão pode ser dividido em quatro fases: a primeira fase iniciou na década de 1970, quando militante do movimento negro, historiadora e líder comunitária, Mundinha Araújo visitou as comunidades e identificou conflitos agrários envolvendo os moradores dos povoados. A segunda fase começou a partir do Encontro Estadual das Comunidades Negras, realizado em 1986. Este momento foi decisivo na trajetória do movimento, pois estreitou os laços entre as comunidades e proporcionou ações mais organizadas, em nível estadual. As lideranças compartilharam experiências vividas nas bases.

Em 1988, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) criaram o “Projeto Vida de Negro”. Este projeto dinamizou as ações do movimento negro e centralizou as decisões. Devido a importância política do Projeto Vida de Negro, estabelecemos o ano de sua criação – 1988, como o marco inicial da terceira fase da trajetória do movimento das comunidades negras rurais maranhenses. Finalmente, em 1992, iniciou a quarta fase, com a titulação da primeira comunidade negra rural. Este acontecimento renovou as esperanças das demais comunidades, na luta pela terra.<sup>12</sup> A primeira titulação comprovou que a luta das comunidades não havia sido em vão.

Algumas entidades foram importantes no assessoramento às comunidades, entre elas, o Movimento Negro maranhense, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos. A imprensa foi decisiva como canal para denúncias de atos ilícitos contra as comunidades e, também, como veículo de divulgação das ações do movimento, sobretudo, o jornal *O Imparcial*, da cidade de São Luís do Maranhão.

O Movimento Negro maranhense participou ativamente do processo de identificação e cadastramento das comunidades. Atualmente, presta assessoria e articula ações em prol do movimento. Conforme Ellen Meiksins Wood, em *Democracia contra capitalismo*, “a sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado”, uma “arma contra o capitalismo”.<sup>13</sup> As lideranças do movimento das comunidades negras rurais são, quase na totalidade, militantes do movimento negro.

---

<sup>12</sup> Cf. PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de Negro* [...].

<sup>13</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 208.

Criados em 1979, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos organizaram eventos, proporcionaram debates, auxiliaram na demarcação das terras. As duas entidades criaram o Projeto Vida de Negro que tem sido um lugar de reflexão sistemática sobre o movimento das comunidades negras rurais.<sup>14</sup>

O jornal *O imparcial* dedicou espaço ao movimento das comunidades negras rurais, desde que surgiram os primeiros conflitos agrários no estado do Maranhão. Em 1981, o jornal criticou o Governo Federal que não estava indenizando de forma justa as comunidades atingidas pela construção da Base Espacial de Alcântara. Desde que iniciou o movimento das comunidades negras, *O Imparcial* denunciou a “grilagem de terras”, o descaso dos governantes, etc.<sup>15</sup>

### **O trabalho pioneiro de Mundinha Araújo**

Mundinha Araújo nasceu em São Luís, no Maranhão. Em 1979, fundou o Movimento Negro maranhense, que mais tarde se transformaria no Centro de Cultura Negra do Maranhão. A militante afirmou que

ouvira falar que no interior, isto é, nos centros de alguns municípios existiam lugares onde ‘só morava pretos’ e que esses pretos não se misturavam com ninguém, ou seja, não havia qualquer vestígio de miscigenação entre eles”. Naquele tempo a minha curiosidade como negra em saber mais sobre esses negros da zona rural levou-me a contatar aqui mesmo em São Luís com pessoas dos municípios, viabilizado a possibilidade de servirem de intermediárias quando chegasse até lá e tivesse que deslocar-me para os povoados.<sup>16</sup>

Desta forma, graças à inquietude de Mundinha Araújo, surgiram os primeiros estudos sobre as comunidades negras maranhenses. Desde 1976, a historiadora vinha desenvolvendo estudos nas “terras de preto” ou “comunidades negras rurais”. O trabalho de Mundinha Araújo foi realizado de forma voluntária.<sup>17</sup>

Entre 1976 a 1978, Mundinha Araújo visitou comunidades negras rurais a fim de “conhecer a origem do povoado memórias do Cativoiro, [...] modo de viver e fazer, calendário de festas e festejos”. Nos primeiros povoados visitados, a pesquisadora não identificou conflitos agrários, mas “isso não quer dizer que não existissem”, pois, como seria comprovado posteriormente, “dezenas de comunidades já vinham lutando desde os

---

<sup>14</sup> Cf. PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de Negro* [...].

<sup>15</sup> Loc. cit.

<sup>16</sup> ARAUJO, Mundinha. Entrevista concedida ao autor por meio de carta em 26 de abril de 2007.

<sup>17</sup> Estas informações foram obtidas junto ao Centro de Cultura Negra do Maranhão. In: <[http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

anos 40, 50 e 60 contra as invasões de pessoas de fora que resultavam na expulsão dos antigos moradores nas terras conhecida como ‘dos pretos’<sup>18</sup>.

Segundo Mundinha Araújo, as comunidades negras rurais Santo Antônio dos Pretos, Bom Jesus dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Jacareí dos Pretos e outras, vinham se organizando contra a grilagem, antes mesmo de o movimento negro assumir a causa, inclusive “arrecadando recursos entre eles mesmos para pagar honorários de advogados, despesas cartoriais, viagens para a capital e outras”.<sup>19</sup> Essas comunidades rurais negras conseguiram manter-se coesas e organizadas até a metade da década de 1950, devido à necessidade de sobrevivência e à própria estrutura agrária maranhense, baseada na pequena propriedade e abundância de terras devolutas. Gradativamente, as terras foram apropriadas pelos fazendeiros, comerciantes, empresários, e outros, de diferentes maneiras, sobretudo, ilícitas, como a grilagem.

A apropriação das terras das comunidades ocorreu das mais variadas formas. Muitas vezes, homens que ocupavam cargos públicos se aproveitaram da ingenuidade dos membros das comunidades para tomar suas terras. Por exemplo, em 1952, o prefeito de Itapecuru-Mirim, João Rodrigues apossou-se do testamento que garantia a posse das terras aos ex-escravos de Joaquim Raymundo Nunes Belfort.<sup>20</sup> Foi na década de 1950 e, sobretudo, nas décadas posteriores que as comunidades negras experimentaram o veneno amargo da desapropriação.

Em 1980, Mundinha Araújo e outros militantes do movimento negro maranhense identificaram conflitos agrários na comunidade negra de Mandacaru dos Pretos, situada no município de Caxias e na comunidade negra de Piratininga, pertencente ao município de Bacabal. Em matéria publicada pelo jornal *O Imparcial*, sob o título “Discriminação racial” o veículo de comunicação escancarou o problema fundiário envolvendo o campesinato negro maranhense. Os moradores de Mandacaru dos Pretos denunciaram à população maranhense que suas casas estavam sendo “queimadas, o gado do grileiro comendo as [suas] roças” e que conviviam com a “violência e as injustiças praticadas pelo latifundiário José Medeiros Leite acobertado pelas autoridades locais”.<sup>21</sup> A denúncia pública tem sido um instrumento que as

---

<sup>18</sup> ARAUJO, Mundinha. Entrevista concedida ao autor por meio de carta em 26 de abril de 2007.

<sup>19</sup> Loc. cit.

<sup>20</sup> Cf. ARAUJO, Maria Raimunda. “Grilagem nas terras dos negros”. 3º Caderno. *O Imparcial*. São Luís – MA. 22 de maio de 1986.

<sup>21</sup> “Discriminação Racial”. *O Imparcial*. São Luís – MA. 14 de setembro de 1980.

comunidades lançaram mão na esperança de que os órgãos ligados à Justiça interferiram para resolver a questão fundiária.

Na mesma reportagem publicada no jornal *O Imparcial*, Raimundo dos Reis, um dos moradores da comunidade de Mandacaru dos Pretos, afirmou que as “autoridades” estavam do lado dos grileiros. Ele falou também que “as autoridades não querem nada com nós”. Para piorar, em Matões, município onde está localizada a comunidade de Mandacaru dos Pretos “se diz que negro não tem direito a nada”, e o delgado “se receber queixa de nós ele manda prender”. Conforme Romualdo Almeida, que também é morador da comunidade de Mandacaru dos Pretos, o grileiro José Medeiros Leite não respeita ninguém. Ele ouviu o grileiro afirmar que “juiz e polícia da terra dele, é o dinheiro dele. Negro não tem dinheiro, nem conhecimento, então não vai ganhar causa nenhuma”.<sup>22</sup>

Também na década de 1980, foram identificados conflitos agrários nas comunidades negras maranhenses de Jacaraí dos Pretos, Cajueiro, Santa Rosa dos Pretos, Bom Jesus dos Pretos e Matões da Rita.<sup>23</sup> Sobre Bom Jesus dos Pretos, o jornal *O Imparcial* publicou uma matéria contando a história do povoado negro e o drama vivido pelos habitantes do lugar. A comunidade teria se originado a partir de uma doação de terras. O documento de doação foi perdido. Segundo Emiliano, membro da comunidade, “naquele tempo não se ligava em guardar papel”. Quanto ao conflito fundiário, o jornal revelou que “faz exatamente trinta anos que a luta pela posse da terra chegou” em Bom Jesus dos Pretos. “As despesas com advogados, em tão longo tempo, atingem uma valiosa soma”. Na época da reportagem, “os habitantes [estavam] ameaçados de desapropriação por não mais possuírem o ‘importante’ documento”. No entanto, acreditavam na Justiça, pois ela “existe e é para essas coisas”.<sup>24</sup>

No tocante ao elevado número de comunidades negras rurais, lembramos que o estado do Maranhão é um dos estados da Federação com maior população afro-brasileira e, o quarto com o maior percentual dos seus habitantes residindo na zona rural.<sup>25</sup> Portanto, o Maranhão é um estado composto de vários povoados negros em que os camponeses não possuem o título da terra. É um estado com muitas questões agrárias

---

<sup>22</sup> Loc. cit.

<sup>23</sup> In: <[http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

<sup>24</sup> “Bom Jesus, Reduto Negro”. *O Imparcial*. São Luís – MA. s/d. maio de 1980.

<sup>25</sup> Cf. PEDROSA, Luis A. C. “A questão agrária no Maranhão”. In: <[http://www.ucg.br/jur/palestras\\_pdf/LuisACPedrosa.pdf](http://www.ucg.br/jur/palestras_pdf/LuisACPedrosa.pdf)>. Acesso em: 20-05-2007.

que ainda não foram resolvidas. Várias foram as causas que geraram conflitos pela posse da terra no Maranhão, a grilagem foi a principal.

Idealizada pelos militares, a política de ocupação da Amazônia por grandes projetos agropecuários e industriais também atingiu o Maranhão. Como consequência, milhares de camponeses posseiros, ocupantes de terras, viram-se na eminência de perder seu meio de sobrevivência. Até o próprio Estado contribuiu para a expropriação a partir da implementação do projeto espacial da Base de Alcântara. Em 11 de agosto de 1981, o jornal *O Imparcial* noticiou que havia “oito seculares comunidades negras encravadas na área a ser desapropriada no município de Alcântara para a instalação, pelo Ministério da Aeronáutica, de uma base espacial”.<sup>26</sup> Com o objetivo de instalar a Base Espacial foram desapropriados 52 mil ha, prejudicando a população negra de Alcântara. Foram deslocadas 312 famílias para agrovilas e núcleos de colonização do Ministério da Aeronáutica.<sup>27</sup>

Nas visitas aos povoados, os militantes do movimento negro reuniam as lideranças da comunidade e estimulavam para que as mesmas lutassem pelos seus direitos e denunciasses as injustiças através da imprensa. Conforme Mundinha Araújo, “até meados dos anos 80, não contávamos com nenhum projeto, toda a nossa atuação” foi “resultado da militância e do trabalho voluntário de profissionais liberais”.<sup>28</sup>

Em 1982, Mundinha Araújo foi ao Rio de Janeiro e expôs a situação de conflito agrário vivido pelas comunidades negras maranhenses por ocasião do “Encontro Nacional Afro-Brasileiro”, promovido pela Universidade Cândido Mendes. No ano seguinte, a *Revista Estudos Afro-Asiáticos* publicou matéria relatando o trabalho de Mundinha Araújo e do CCN-MA com as comunidades negras. Foram revelados dados referentes à formação das comunidades e, também, aos conflitos. “Sendo posseiros há mais de meio século, os negros vêm sendo constantemente ameaçados e rechaçados sob uma alegação: ‘Onde já se viu preto ter terras?’”.<sup>29</sup>

Em 1985, no Maranhão, foi criada a Associação de Moradores das Comunidades Rumo-Flechal, composta por trabalhadores rurais. As associações e os sindicatos foram fundamentais na organização e defesa dos interesses das comunidades negras locais.

---

<sup>26</sup> ARAUJO, Mundinha. “Comunidades negras ameaçadas pela Base Espacial: Alcântara”. *O Imparcial*. São Luís/MA. 11 de agosto de 1981.

<sup>27</sup> Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002. p. 199.

<sup>28</sup> ARAUJO. Entrevista concedida ao autor por meio de carta em 26 de abril de 2007.

<sup>29</sup> Comunicação de Mundinha Araújo cedida ao autor. Segundo Mundinha Araújo, este texto foi publicado na *Revista Estudos Afro-Asiáticos* n. 8-9, 1983.



Em 23 de maio de 1986, Mundinha Araújo publicou no Jornal *O Imparcial* extensa matéria sobre a escravidão no Maranhão e a grilagem na terra dos negros. Segundo a militante do movimento negro, no Maranhão, está aumentando a “incidência [...] de conflitos envolvendo lavradores negros e os grandes fazendeiros ou empresários rurais que não reconhecem nesses descendentes de escravos os legítimos proprietários das terras”. Os lavradores negros são os moradores das comunidades negras. Conforme Araújo, essas comunidades conseguiram manterem-se coesas até meados da década de 1950, devido “à necessidade de sobrevivência dos grupos” e à “própria estrutura agrária maranhense baseada na pequena propriedade e abundante em terras devolutas”. Atualmente, passam por um “processo de desagregação, gerado, sobretudo pela mudança dessa estrutura rural, onde os grandes fazendeiros, empresários rurais e grileiros invadem e expulsam os negros das suas terras.”<sup>30</sup>

### **I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão**

Em 18 e 19 de outubro de 1986, efetivou-se em São Luís, o “I Encontro da Comunidade Negra Maranhense”. A promoção do encontro ficou a cargo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, que escolheu para o evento o tema “O Negro e a Constituição Brasileira”.<sup>31</sup> Participaram do evento comunidades negras rurais, sindicatos de trabalhadores do campo, representantes do movimento negro de São Luís e entidades ligadas aos movimentos sociais.<sup>32</sup> Os organizadores objetivavam debater questões relativas ao negro a fim de inseri-las nas discussões sobre a Constituinte. Entendiam que “sem a presença do negro, nenhuma Constituinte [seria] verdadeiramente democrática”. A cidadania somente alcançaria a plenitude quando resolvida a questão agrária. Também, outros temas como o “negro e o mercado de trabalho”, o “negro e a educação”, a “cultura negra como instrumento de libertação” e a “questão da saúde” foram analisados no evento.<sup>33</sup>

Na justificativa do encontro, os organizadores definiram a Constituinte como um “jogo de cartas marcadas”, mas buscavam fortalecer o movimento das comunidades negras e canalizar esforços para a vitória sonhada, ou seja, uma sociedade livre e

---

<sup>30</sup> ARAUJO, Mundinha. “Grilagem nas terras dos negros”. In: *O Imparcial*. São Luís – MA. 23 de maio de 1986.

<sup>31</sup> Informações obtidas junto ao Centro de Cultura Negra do Maranhão. In: <[http://www.cnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.cnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

<sup>32</sup> Cf. Equipe do PVN/CCN. “1986 a 2006: 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas”. In: *ZUMBIDO*. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, São Luís, 12. ed. set. 2006. p. 3.

<sup>33</sup> Cf. I Encontro da Comunidade Negra Maranhense. [Folder]. São Luís – MA, 1986.

igualitária.<sup>34</sup> O ceticismo dos organizadores, quanto à Constituinte, também era verificado em alguns setores da população em geral. Havia receio de que, mesmo com uma nova Constituição, nada mudasse na vida do povo brasileiro.

Após a realização do encontro em São Luís - MA, os representantes do Centro de Cultura Negra do Maranhão e do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará contataram as lideranças do Movimento Negro do Rio de Janeiro e o Movimento Negro Unificado para organizar um evento nacional que tratasse da participação do negro no processo Constituinte. Da iniciativa nasceu a “I Convenção Nacional do Negro pela Constituinte”, realizada em Brasília, em 26 e 27 de agosto de 1986.

Outro desdobramento ocorrido, a partir do I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, foi a mobilização que incluiu na Constituição Estadual do Maranhão, em 1989, o artigo 229, que garante, também em âmbito estadual, a titulação das terras às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Maranhão.<sup>35</sup> A pressão das comunidades determinou ganhos na esfera administrativa estadual. As primeiras terras tituladas pelos estados surgiram no Pará e no Maranhão.

### **O Projeto Vida de Negro**

As lideranças das comunidades e o movimento negro organizado do Maranhão necessitavam dinamizar as ações e tornar o trabalho junto aos povoados mais eficiente. Durante o “I Encontro das Comunidades Negras”, surgiu a idéia de se elaborar um projeto específico para a causa. Em 17 de abril de 1988, foi criado o “Projeto Vida de Negro”. Segundo o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, o PVN “tem sido um lugar de reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, acoplando o conhecimento militante às memórias locais de resistência”. Também, “tem se constituído num instrumento de ação e apoio no reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescentes de quilombos”.<sup>36</sup>

Em um primeiro momento, o PVN dedicou-se ao mapeamento das comunidades negras rurais e ao levantamento das formas de uso e posse da terra, às manifestações culturais e religiosas, valendo-se da memória oral das chamadas “terras de preto” sobre o período escravista e momentos pós-Abolição.<sup>37</sup> Inicialmente, foram visitados 28 municípios, compreendendo nove microrregiões do Maranhão, arrolando 150 povoados. Foram identificados 73 casos de conflitos nas chamadas “terras de preto”. Nas regiões

---

<sup>34</sup> Loc. cit.

<sup>35</sup> Cf. Equipe do PVN/CCN. “1986 a 2006: [...]”. p. 3.

<sup>36</sup> ALMEIDA. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão* [...]. p. 15.

<sup>37</sup> Ibid. p. 40.

de conflito, estavam envolvidas 3.832 famílias nas localidades das microrregiões de São Luís, Itapecurú, Gurupi, Mearim, Alto Munim, Baixo Parnaíba e Baixada Ocidental, esta última, com o maior índice de conflitos. As agitações que se davam nas comunidades negras maranhenses decorriam da ação dos grileiros, de projetos oficiais com desapropriações, da exploração econômica violenta, da falta de documentação da terra e da implantação de projetos agropecuários.<sup>38</sup>

As atividades desenvolvidas junto às comunidades negras pelo PVN tiveram apoio da Fundação Ford (EUA), a Oxfam (Inglaterra), a EZE (agora EED, Alemanha), a Cese (Bahia) e a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.<sup>39</sup> A partir de 1991, o PVN trabalhou a questão agrária das comunidades, na perspectiva de enquadrá-las no conteúdo do artigo 68 do ADCT. Passou a intervir jurídica e institucionalmente para solucionar os problemas fundiários. Segundo Alfredo Wagner de Almeida, os povoados “deixavam de ser vistos antropologicamente como ‘unidades afetivas’ para se constituírem em ‘comunidades políticas’”, agora, “capazes de impor uma noção de quilombo que rompia com a definição do período colonial”.<sup>40</sup>

No dia 20 de maio de 1992, através do Decreto Federal nº. 56, foi criada a Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal, localizada no Maranhão.<sup>41</sup> A União identificou as terras da comunidade, inserindo-a na categoria de ‘Reserva Extrativista’, segundo sua composição natural e estando delimitada no ‘cinturão verde’ do Maranhão. A área foi cedida em usufruto para um grupo de famílias, antigos ocupantes. Alguns estudiosos, entre eles, Dimas Salustiano da Silva, consideram que essa foi a primeira titulação de terras, em razão do artigo 68 do ADCT.<sup>42</sup> Outros elegeram a comunidade de Boa Vista, pertencente ao município de Oriximiná, estado do Pará, como primeira titulação, com base no dispositivo constitucional, ocorrida em 1995.

De 1988 a 2006, o Projeto Vida de Negro mapeou 527 terras de preto ou comunidades negras rurais no Maranhão, dentre elas, foram identificadas 241 comunidades, sendo que foram tituladas 28 e 71 estão com processo de desapropriação, visando à titulação das mesmas junto aos órgãos fundiários estadual e federal. O PVN encaminhou aos governos estadual e federal solicitação para regularizar as terras e

---

<sup>38</sup> Cf. MARIN, Rosa E. Acevedo. Terras e Afirmação Política de Grupos Rurais Negros na Amazônia. In: O'DWEYR, Eliane Cantarino. [Org.]. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995. p. 88.

<sup>39</sup> ALMEIDA. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão*. [...] p. 41.

<sup>40</sup> Ibid. p. 18.

<sup>41</sup> Cf. SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e Diferença Étnica. In: O'DWYER. *Terra de [...]*. p. 98.

<sup>42</sup> Cf. SILVA. Constituição e Diferença Étnica. Boletim Informativo NUER. Fundação Cultural Palmares. v. 1, n. 1. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 55.

prover as comunidades com infra-estrutura básica. A pressão das comunidades resultou em convênios para pesquisas antropológicas, levantamento socioeconômico, pesquisas cartoriais e parecer jurídico referente a quatorze terras de preto.<sup>43</sup>

Em novembro de 1996, a SMDH e o CCN firmaram convênio de cooperação técnica com o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) a fim de reconhecer e regularizar as terras das comunidades negras, além de assegurar a preservação e o desenvolvimento sustentável das áreas. Esse esforço conjunto determinou, no ano seguinte [1997], a criação de dois “Projetos Especiais Quilombolas” no Maranhão, em Santa Maria dos Pinheiros (Itapecuru-Mirim) e Jmary dos Pretos (Turiaçu), ambos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA.<sup>44</sup>

A partir do primeiro “Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão” foram realizados vários encontros, seminários, cursos e oficinas para as lideranças das comunidades negras. O PVN articulou os eventos e publicou os resultados, dando visibilidade ao movimento. Também estabeleceu ações pontuais que deram origem à criação, em 20 de novembro de 1997, da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUC, que substituiu a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses, criada em 17 de outubro de 1995, em São Luis – MA.<sup>45</sup>

### **A mobilização através dos eventos**

Em novembro de 1994, com o objetivo de assessoramento às comunidades negras, foi criada a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses.<sup>46</sup> As comunidades negras rurais contavam com o PVN e a Coordenação Estadual. As mobilizações foram intensificadas. Naquele ano, antropólogos, movimento negro e lideranças das comunidades negras realizaram amplo debate sobre as bases definidoras do termo quilombo. O conceito foi ressignificado e passou a ser utilizado pelas lideranças e intelectuais envolvidos com as comunidades. Esta prática foi verificada por ocasião do “IV Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão”, realizado na cidade de São Luís, em abril de 1995. O tema do encontro foi “Os Quilombos contemporâneos e a luta pela Cidadania”.<sup>47</sup> Salvo engano, essa foi a primeira vez que a

---

<sup>43</sup> Cf. Equipe do PVN/CCN. “1986 a 2006: [...]”. p. 3.

<sup>44</sup> Cf. ALMEIDA. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão*. [...]. p. 41.

<sup>45</sup> Ver quadro de encontros. Anexo I.

<sup>46</sup> Cf. Projeto Vida de Negro. In: <[http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

<sup>47</sup> COSTA. “1986 a 2006 [...]”.

expressão “quilombos contemporâneos” foi utilizada em evento organizado pelas lideranças das comunidades negras rurais maranhenses.

No IV Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, participaram representantes dos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e do Maranhão. Segundo Ivan Costa, o principal objetivo do evento era a regulamentação das áreas de quilombos conquistada “apenas nas palavras” do artigo 68 do ADCT. “A oficialização da posse da terra é o primeiro passo para que essas comunidades, consideradas remanescentes de quilombos, cheguem à cidadania. Precisamos colocar o negro dentro da história brasileira” completou Costa. Do encontro, que reuniu 270 participantes, foi elaborada uma programação nacional para a campanha “Terras para os Quilombolas”.<sup>48</sup>

Em novembro de 1997, aconteceu o “V Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombo de Terras de Negro do Maranhão”. Participaram do evento mais de 100 grupos de comunidades negras rurais, que discutiram temas relacionados à questão agrária, educação e organização do movimento. Para Magno Cruz, presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão, a cada encontro as comunidades negras rurais fortalecem ainda mais sua estrutura organizacional, objetivando um maior poder reivindicatório perante as autoridades governamentais. Segundo Cruz,

a cada encontro estamos trabalhando para conseguir regularizar todas as áreas ocupadas há décadas pelas comunidades negras rurais no Estado. 80% destas áreas ainda não foram regularizadas, mas as entidades que lutam em defesa das comunidades negras vão continuar unidas em busca deste objetivo.<sup>49</sup>

Neste evento nasceu a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ).

A ACONERUQ tem por objetivo geral servir como fórum de representação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão. A direção da entidade é eleita entre os representantes das comunidades negras rurais presentes nas Assembléias Gerais, convocadas para esse fim. Esses representantes são indicados por suas comunidades e lideranças efetivas do movimento quilombola. A entidade realiza o processo de identificação e mapeamento das comunidades negras rurais maranhenses,

---

<sup>48</sup> COSTA. “Entidades negras definem pauta de luta pelo resgate da cidadania”. *Jornal de Hoje*. São Luís – MA. 26 de abril de 1995.

<sup>49</sup> CRUZ, Magno. “Organização negra é discutida no Pirapora”. *O Debate*. São Luís – MA. 20 de novembro de 1997.

tem sido importante órgão de apoio a outras iniciativas em diversos estados e integra a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades dos Quilombos.<sup>50</sup>

Os primeiros encontros Estaduais do Maranhão foram efetivados pelo Centro de Cultura Negra daquele estado, em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Esta simbiose resultou no fortalecimento da organização política das comunidades negras rurais, sendo que, a partir de 1997, as lideranças assumiram a direção do movimento, criando seu próprio órgão representativo, a ACONERUQ, que reúne várias situações classificadas como quilombo.<sup>51</sup>

Os dirigentes do CCN, SMDC, movimento negro e das comunidades negras assumiram a realização de eventos como meio de manter as comunidades mobilizadas e como forma de tornar o movimento visível para a sociedade em geral e para o Estado. Segundo Ivan Costa, “a realização de seminários, encontros e palestras é de fundamental importância para a rearticulação de todos os movimentos sociais”. Também, percebemos que, a cada encontro realizado, foram convidados novos participantes, disseminando o movimento para outros estados da Federação. Neste sentido, “o Maranhão e o Pará são os pioneiros no Brasil no projeto de reconhecimento de terras de negros”.<sup>52</sup>

De 25 a 29 de outubro de 2000, no Quilombo do Frechal, em Mirinzal, Maranhão, efetuou-se o “VI Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão”. Os organizadores do evento indicaram como tema “Terra, produção e organização política dos quilombolas”. Foi um momento de articulação e fortalecimento das comunidades negras, possibilitando a troca de experiências e o estabelecimento de diretrizes para o futuro do movimento.<sup>53</sup> Esse evento foi organizado pelo CCN, SMDH e pela ACONERUQ/MA.

O “VII Encontro Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas” foi realizado em outubro de 2003, em Codó – MA. O tema escolhido foi “Terra, Gênero e Religiosidade Afro”. Desta vez, o encontro foi organizado pela ACONERUQ – MA, apoiado pelo CCN e pela SMDH.<sup>54</sup> Sublinhamos a mudança do eixo temático do evento, já que estudos de gênero e religiosidade foram incluídos nos debates.

---

<sup>50</sup> Cf. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. ACONERUC, v. 8, Caxias, 2006. p. 4.

<sup>51</sup> Cf. ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. [Org.]. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV: ABA, 2000. p. 73.

<sup>52</sup> COSTA. “Em defesa dos Direitos”. *O Imparcial*. São Luís – MA. 28 de junho de 1999.

<sup>53</sup> Cf. *PROJETO VIDA DE NEGRO*, 15 Anos de luta pelo Reconhecimento dos Territórios Quilombolas, São Luís, dez. 2003. p. 25.

<sup>54</sup> Cf. COSTA. “1986 a 2006 [...]”.

Em 24 de maio de 2005, em São Luís – MA, ocorreu o “Seminário Direitos Constitucionais e Agrários das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, com o apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão, da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos e da Fundação Ford. Participaram antropólogos, especialistas do Direito, representantes das comunidades e associações quilombolas, entre outros.

Em setembro de 2006, na cidade de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, ocorreu o “VIII Encontro Estadual de Comunidades Negras Quilombolas”, com o tema “Território, gênero e Legislação Brasileira”.<sup>55</sup> No encontro, foram discutidas políticas públicas relacionadas às comunidades negras quilombolas do estado, o que serviu para fortalecer sua representação política local. Itapecuru-Mirim foi o local escolhido para sediar o evento, pois lá fora enforcado o negro Cosme, em 1842. Decidiu-se, então, prestar homenagem ao líder negro quilombola e dirigente da Guerra da Balaiada.<sup>56</sup>

Manuel “Balaió”, Raimundo Gomes e o negro Cosme lideraram um movimento de pessoas pobres contra a exploração do povo [1838-1842]. Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, comandou as tropas regenciais, que aniquilaram o grupo de revoltosos. O negro Cosme não se entregou. Foi caçado, preso e enforcado.<sup>57</sup>

Em todos os encontros, seminários e simpósios realizados, a questão da terra ocupou lugar especial na pauta dos debates. Eventualmente, foram comentados temas como cultura, educação, legislação, religiosidade. Em tese, a grande preocupação das comunidades negras foi e continua sendo a questão agrária. Com o tempo, o movimento procurou ampliar o leque de reivindicações.

### **Algumas conclusões**

A questão fundiária que envolve as comunidades negras tem suas raízes no final do período escravista e no momento pós-Abolição. Durante o período escravista, muitas comunidades de negros se formaram através de fugas e ocuparam terras devolutas. Outras comunidades se constituíram em terras herdadas, doadas ou compradas. Por ocasião da Lei Áurea, os negros não receberam terras do Estado e não foram indenizados. Parte da população afro-brasileira que permaneceu no campo foi absorvida como empregados nas fazendas, meeiros, parceiros, etc. Outra parcela foi trabalhar em

---

<sup>55</sup> Cf. Centro de Cultura Negra do Maranhão. In: <<http://www.ccnma.org.br>>. Acesso em: 01-04-2007.

<sup>56</sup> Sobre a Balaiada ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>57</sup> Cf. ANDRADE. *Lutas camponesas* [...].

terras doadas, compradas, devolutas ou terras abandonadas. Também, muitos negros foram incorporados pelas comunidades que se formaram antes da Abolição e continuaram a existir depois.

Nas primeiras décadas do século XX e, principalmente, durante as décadas de 1960-70, ocorreram mudanças no campo em decorrência de projetos econômicos e melhorias das vias de acesso. As terras das comunidades negras rurais, que até então não apresentavam alto valor comercial, foram valorizadas e passaram a ser cobiçadas por grileiros, especuladores, fazendeiros e outros. A ausência parcial ou total dos documentos facilitou a ação dos expropriadores.

Em geral, as comunidades negras rurais brasileiras dependem da terra para sobreviver. Mesmo que algumas comunidades tenham outras fontes de renda, a terra é o principal meio para a sobrevivência dos camponeses. Sem a terra, estas comunidades tendem a desaparecer e seus membros terão que se deslocar para os centros urbanos. Por outro lado, a terra é o local onde a comunidade construiu sua história. Ela tem um sentido de resistência e de afirmação étnica. Mesmo tendo mudado alguma vez de local, a comunidade negra construiu sua história e perpetuou sua cultura em determinado território. Este território, esta terra é o ponto de convergência da história da comunidade. Lá, naquele local é onde tudo começou. Lutando contra muitas adversidades, as comunidades negras resistiram parcialmente aos apelos do mercado imobiliário de terras e chegam, ao século XXI, como verdadeiros arquivos vivos que guardam a cultura negra no Brasil.

O resultado concreto referente à titulação das terras pretendidas pelas comunidades negras tem sido modesto até o momento. Não podemos atribuir este resultado à inoperância do movimento social, mas sim à força dos latifundiários e seus representantes que impedem ou retardam a distribuição de terras, não somente às comunidades negras, mas a todo o campesinato pobre sem terra.

O movimento das comunidades negras pode ser considerado um movimento social vitorioso pelo fato de atrair a atenção do Estado e da sociedade em geral no tocante às políticas públicas. Atualmente, diversos programas assistenciais chegaram às comunidades negras rurais, amenizando, em parte, o sofrimento desta população que estava excluída.

Por que as comunidades negras lutam tanto para assegurar a posse da terra? Porque sem ela, o campesinato desaparece como meio de vida tradicional. Destituídos da terra, os camponeses são conduzidos para as periferias das cidades, vivendo em



condições miseráveis. Portanto, “a posse e o uso da terra pedem uma solução inadiável e compatível com a dignidade humana”. Não se aceita “que a terra se tenha transformado em objeto de especulação, fonte de opressão e de miséria”. Disponibilizar terra ao camponês “trata-se do exercício da cidadania, pois, a partir do momento em que a pessoa se percebe detentora de algum direito, torna-se capaz de outros direitos”.<sup>58</sup>

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino [Org.] *Quilombo: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.
- \_\_\_\_\_. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.
- \_\_\_\_\_. . Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. *Revista do NAEA*, n. 10, Belém, UFPA, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ARAUJO, Maria Raimunda. “Grilagem nas terras dos negros”. 3º Caderno. *O Imparcial*. São Luís – MA. 22 de maio de 1986.
- \_\_\_\_\_. “Comunidades negras ameaçadas pela Base Espacial: Alcântara”. *O Imparcial*. São Luís/MA. 11 de agosto de 1981.
- ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos [Orgs.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Bom Jesus, Reduto Negro. *O Imparcial*. São Luís – MA. s/d. maio de 1980.
- Centro de Cultura Negra do Maranhão. In: <<http://www.cnma.org.br>>. Acesso em: 01-04-2007.
- COSTA, Ivan. “Em defesa dos Direitos”. *O Imparcial*. São Luís – MA. 28 de junho de 1999.
- \_\_\_\_\_. “Entidades negras definem pauta de luta pelo resgate da cidadania”. *Jornal de Hoje*. São Luís – MA. 26 de abril de 1995.
- CRUZ, Magno. “Organização negra é discutida no Pirapora”. *O Debate*. São Luís – MA. 20 de novembro de 1997.

---

<sup>58</sup> PILETTI, Nelson & MOSOLINO, Ivone. *A questão da terra no Brasil*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1999. pp. 95-96.

Discriminação Racial. *O Imparcial*. São Luís – MA. 14 de setembro de 1980.

Equipe do PVN/CCN. “1986 a 2006: 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas”. In: *ZUMBIDO*. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, São Luis, 12. ed. set. 2006.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

[http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

I Encontro da Comunidade Negra Maranhense. [Folder]. São Luís – MA, 1986.

MARIN, Rosa E. Acevedo. Terras e Afirmação Política de Grupos Rurais Negros na Amazônia. In: O’DWEYR, Eliane Cantarino. [Org.]. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

PEDROSA, Luis A. C. “A questão agrária no Maranhão”. In: <[http://www.ucg.br/jur/palestras\\_pdf/LuisACPedrosa.pdf](http://www.ucg.br/jur/palestras_pdf/LuisACPedrosa.pdf)>. Acesso em: 20-05-2007.

PILETTI, Nelson & MOSOLINO, Ivone. *A questão da terra no Brasil*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1999.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. ACONERUC, v. 8, Caxias, 2006.

PROJETO VIDA DE NEGRO. 15 Anos de luta pelo Reconhecimento dos Territórios Quilombolas, São Luís, dez. 2003.

Projeto Vida de Negro. In: <[http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)>. Acesso em: 01-04-2007.

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. São Luís: SMDC/CCN-MA/PVN, 2005.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e Diferença Étnica. In: O’DWEYR, Eliane Cantarino. [Org.]. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

SILVA. Constituição e Diferença Étnica. *Boletim Informativo NUER*. Fundação Cultural Palmares. v. 1, n. 1. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

**Anexo I – Eventos que envolveram as comunidades negras rurais maranhenses.**

1986	I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão	MA	Organizado pelo CCN – MA Tema: O negro e a Constituição Brasileira.
1988	Projeto Vida de Negro	MA	Tem por objetivo reconhecer as terras de preto no Maranhão.
1988	II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão	MA	Tema: A Falsa Abolição da Escravatura no Brasil.
1988	I Encontro de Raízes Negras	PA MA	Organizado pela Associação Cultural de Óbidos.
1989	III Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão	MA	Tema: O Negro e Educação na Zona Rural.
1991	Quilombos no Maranhão	MA	Debate sobre “Quilombos no maranhão” organizado pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão.
1992	Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal	MA	A área foi cedida em usufruto para um grupo de famílias, antigos ocupantes.
1995	IV Encontro da Comunidades Negras Rurais do Maranhão	MA	Tema: Os quilombos contemporâneos e a luta pela cidadania.
1995	Associação Rural dos Moradores do Quilombo Jamary.	MA	Associação criada no município de Turiaçu.
1996	II Reunião da Comissão Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas	MA	Articulou-se a formação da CNACNRQ.
1997	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUC	MA	Substituiu a Coordenação provisória.
1997	V Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto do Maranhão.	MA	Tema: Organização Negra Rural em Busca de Seus Direitos: Terra, Saúde, Educação e Organização.
1998	Seminário Nacional Sobre Normas Administrativas de Titulação de Terras de Quilombo	MA	Realizado nos dias 17e 18 de setembro.
2000	I Seminário de Educação das Comunidades Rurais Quilombolas do Maranhão.	MA	A educação como um processo de construção da identidade étnica e da auto-estima para as crianças negras.
2000	VI Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão	MA	Tema: Terra, produção e organização política dos quilombolas.
2003	VII Encontro Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.	MA	Tema: Terra, Gênero e Religiosidade Afro
2006	VIII Encontro Estadual de Comunidades Negras Quilombolas	MA	Tema: Território, Gênero e Legislação Brasileira
2006	II Seminário de Educadores(as) de áreas de quilombos	MA	Organizado pelo CCN – MA.